O Judiciário e a Supreme Court de Singapura

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Do tribunal colonial ao Judiciário nacional

A independência, em 9 de agosto de 1965, não interrompeu o trabalho dos tribunais.[1] A Supreme Court colonial continuou a funcionar, a common law inglesa continuou a se aplicar e o Judicial Committee of the Privy Council, em Londres, permaneceu a última instância de recurso. O Supreme Court of Judicature Act de 1969, que entrou em vigor em 9 de janeiro de 1970, regularizou o sistema judicial da república e restabeleceu a Supreme Court como instituição nacional.[2] Para os investidores, essa continuidade importava mais que o novo nome. Um contrato comercial regido pelo direito de Singapura em 1964 era interpretado da mesma forma em 1966, segundo os mesmos princípios e, em grande parte, pelos mesmos juízes.

A ruptura com Londres foi gradual. Os recursos ao Privy Council foram restringidos ao longo de duas décadas e abolidos por completo com efeito a partir de 8 de abril de 1994. No mesmo ano, a Court of Appeal anunciou, numa Practice Statement, que deixaria de se considerar vinculada a suas próprias decisões anteriores ou às do Privy Council quando segui-las causasse injustiça num caso concreto. Acrescentou que esse poder seria exercido com parcimônia.[3] A cautela dessa fórmula era, ela própria, uma

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

declaração sobre a segurança jurídica. Um tribunal que muda seus precedentes com facilidade pode fazer justiça no caso que tem diante de si, mas abala as expectativas de milhares de partes que confiaram na regra antiga.

A contrapartida legislativa foi o Application of English Law Act 1993. Em 12 de novembro de 1993, ele revogou a seção 5 do Civil Law Act, que importava o direito comercial inglês para Singapura em bloco sempre que surgia uma questão de direito mercantil. A nova lei dispôs que a common law e a equity continuam a fazer parte do direito de Singapura apenas na medida em que sejam aplicáveis às circunstâncias de Singapura e de seus habitantes. As leis inglesas passaram a se aplicar apenas quando constam de seus anexos.[4] A reforma pôs fim a um arranjo que fazia do direito comercial de Singapura uma função da legislação de Westminster. Deu também aos profissionais uma lista fechada de leis inglesas, o que facilitou a determinação do direito aplicável.

A estrutura dos tribunais desde 2021

A estrutura atual data de 2 de janeiro de 2021, quando entraram em vigor as alterações constitucionais e legais de 2019. A High Court foi dividida em duas divisões. A antiga High Court, incluindo o Singapore International Commercial Court e a Family Division, passou a se chamar General Division da High Court, enquanto uma nova Appellate Division assumiu os recursos cíveis não reservados à Court of Appeal.[5] A reforma respondeu a um volume crescente de recursos. Permitiu que a Court of Appeal se concentrasse nos recursos criminais, nas categorias de recursos cíveis que suscitam questões de importância pública ou jurídica e no desenvolvimento do direito.

A General Division julga todos os crimes cometidos em Singapura que lhe são submetidos e as ações cíveis de valor superior a 250.000 dólares. Julga também recursos contra decisões das State Courts e de tribunais administrativos, além dos casos de suas listas especializadas. A Court of Appeal julga todos os recursos criminais contra decisões da General Division no exercício de sua competência criminal originária e categorias determinadas de recursos cíveis. A Appellate

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Division não tem competência criminal.[6] Abaixo da Supreme Court estão as State Courts e as Family Justice Courts, que tratam da maior parte dos casos criminais, cíveis e de família.

Nomeação, mandato e as garantias de independência

A base constitucional do Judiciário é breve. O artigo 93 atribui o poder judicial de Singapura a uma Supreme Court e aos tribunais inferiores previstos em lei escrita. Segundo o artigo 95(1), o Chief Justice (presidente da Supreme Court) e os demais juízes da Supreme Court são nomeados pelo Presidente se ele, agindo a seu critério, concordar com a recomendação do Primeiro-Ministro. O Primeiro-Ministro deve consultar o Chief Justice antes de recomendar a nomeação dos demais juízes.[7] O Executivo controla, assim, as nomeações, sujeito a um controle presidencial e à participação do chefe do Judiciário.

Uma vez nomeados, os juízes gozam das proteções clássicas da tradição da common law. O artigo 98(1) dispõe que o juiz exerce o cargo até os 65 anos. Segundo o artigo 98(3), um juiz só pode ser destituído por má conduta ou incapacidade, mediante representação do Primeiro-Ministro ou do Chief Justice e por recomendação de um tribunal especial nomeado pelo Presidente. O artigo 98(8) proíbe qualquer alteração da remuneração e das demais condições do cargo em prejuízo do juiz após a nomeação. A Constituição restringe ainda a discussão parlamentar sobre a conduta dos juízes e institui uma Judicial Service Commission para os magistrados dos tribunais inferiores.[8]

Duas características do sistema suscitaram debate. Os juízes podem ser reconduzidos após os 65 anos por mandatos fixos. A Constituição permite também a nomeação de judicial commissioners, que exercem os poderes de um juiz da High Court por período limitado.[9] Os críticos argumentam que as nomeações de curto prazo enfraquecem a estabilidade no cargo da qual depende a independência. Os defensores respondem que o sistema permite ao Judiciário recrutar profissionais experientes e manter juízes experientes, acrescentando que nenhum caso demonstrou que um juiz

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

tenha sido punido por uma decisão. Os dois argumentos têm sua parte de verdade. Para os litigantes comerciais, o histórico prático da magistratura comercial importa mais que o debate formal. Esse histórico é geralmente considerado excelente.

A magistratura e sua especialização comercial

A magistratura da Supreme Court compreende Justices of the Court of Appeal, Judges of the Appellate Division, Judges of the High Court, Senior Judges, International Judges e Judicial Commissioners. Em outubro de 2026, o Judiciário listava 32 juízes, incluindo o Chief Justice, e 26 International Judges.[10] Os juízes internacionais atuam principalmente no Singapore International Commercial Court (SICC), criado em 2015 como divisão da General Division e examinado no capítulo F.III.[11]

Sundaresh Menon, ex-advogado contencioso empresarial e ex-Attorney-General, é Chief Justice desde 6 de novembro de 2012.[12] Sua gestão tem sido marcada pela reestruturação dos tribunais, pela expansão do trabalho comercial e internacional do Judiciário e por um interesse constante pela tecnologia. Em outubro de 2026, ele disse a uma plateia de magistrados australianos que a disposição dos litigantes de aceitar um resultado desfavorável repousa, em última análise, no grau de confiança depositado nos tribunais. Advertiu que o entusiasmo acrítico pela inteligência artificial pode enfraquecer a independência e a integridade judiciais.[13] A observação descreve com precisão a função econômica de um tribunal. Um tribunal em que a parte vencida confia torna suas sentenças autoexecutáveis na maioria dos casos, o que poupa o custo da execução e torna mais previsível o desfecho dos litígios comerciais. O uso da inteligência artificial no centro financeiro é tema do capítulo K.IV.

Notas

1. Wikipedia, “Proclamation of Singapore” (acesso em novembro de 2026): a proclamação de 9 de agosto de 1965 foi “the official declaration that marked Singapore’s separation from Malaysia”. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

2. Wikipedia, “Supreme Court of Singapore” (acesso em novembro de 2026): o Supreme Court of Judicature Act foi promulgado em 1969 para “regularise the judicial system”, “Coming into force on 9 January 1970”. Supreme Court of Singapore, “Celebrating 200 years of upholding the Rule of Law”, judiciary.gov.sg, citado no capítulo A.III. ↩

3. Wikipedia, “Law of Singapore” (acesso em novembro de 2026): a criação de uma Court of Appeal permanente “paved the way for the abolition of all appeals to the Privy Council with effect from 8 April 1994”; segundo a Practice Statement de 1994, a Court of Appeal pode se afastar de suas próprias decisões e das do Privy Council quando segui-las “would cause injustice in a particular case”, poder a ser “exercised sparingly”. ↩

4. Wikipedia, “Law of Singapore” (acesso em novembro de 2026): a seção 5 do Civil Law Act foi revogada “on 12 November 1993 by the Application of English Law Act 1993”; segundo a seção 3, a common law continua a se aplicar “so far as it is applicable to the circumstances of Singapore and its inhabitants”; segundo a seção 4, apenas as leis inglesas “listed in the Schedules to the Act apply or continue to apply in Singapore”; a revogação sublinhou o status independente do sistema jurídico. ↩

5. Allen & Gledhill, “New appellate structure in Singapore Supreme Court implemented on 2 January 2021” (acesso em novembro de 2026): as mudanças, introduzidas pelo Constitution of the Republic of Singapore (Amendment) Act 2019 e pelo Supreme Court of Judicature (Amendment) Act 2019, “took effect on 2 January 2021”; a High Court “has been renamed the General Division of the High Court”; “Other appeals will be heard by the Appellate Division”; “The Appellate Division has no criminal jurisdiction.” ↩

6. Supreme Court of Singapore, “Role of the Supreme Court”, judiciary.gov.sg (última atualização em 1º de outubro de 2026): a General Division julga “All criminal offences committed in Singapore” e “Civil cases where the value of the claim exceeds $250,000”, recursos contra decisões das State Courts e de tribunais administrativos e casos das listas especializadas; a Court of Appeal julga “All criminal appeals against decisions made by the General Division in

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

the exercise of its original criminal jurisdiction" e recursos cíveis determinados; a Appellate Division "does not have criminal jurisdiction". ↩

7. Constitution of the Republic of Singapore, arts. 93 e 95(1), texto em constituteproject.org ("Singapore 2016", acesso em novembro de 2026): "The judicial power of Singapore shall be vested in a Supreme Court and in such subordinate courts as may be provided by any written law for the time being in force"; o Chief Justice e os juízes "shall be appointed by the President if he, acting in his discretion, concurs with the advice of the Prime Minister". Wikipedia, "Supreme Court of Singapore" (acesso em novembro de 2026): "All members of the Bench are appointed by the President of Singapore"; segundo o artigo 95, "the Prime Minister must also consult the Chief Justice before tendering advice on the matter to the President". ↩

8. Constitution of the Republic of Singapore, art. 98(1), (3) e (8), texto em constituteproject.org ("Singapore 2016", acesso em novembro de 2026): o juiz "shall hold office until he attains the age of 65 years"; destituição "on the ground of misbehaviour or of inability" apenas após remessa a um tribunal especial; "The remuneration and other terms of office (including any pension or gratuity)" de um juiz "shall not be altered to his disadvantage after his appointment." Constitution of the Republic of Singapore, sumário da versão atual em Singapore Statutes Online (sso.agc.gov.sg, acesso em novembro de 2026): art. 99 "Restriction on Parliamentary discussion of conduct of person holding high judicial office"; Parte 9, capítulo 3 "The Judicial Service Commission", arts. 111B–111I. ↩

9. Wikipedia, "Supreme Court of Singapore" (acesso em novembro de 2026): mandato "until the age of 65, but may be re-appointed"; os Judicial Commissioners têm "the same powers and immunities as High Court Judges" (art. 94(4)). ↩

10. Supreme Court of Singapore, "Structure of the Supreme Court", judiciary.gov.sg (última atualização em 1º de outubro de 2026): a magistratura inclui Justices of the Court of Appeal, Judges of the Appellate Division, Judges of the High Court, Senior Judges, International Judges e Judicial

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Commissioners; 32 juízes (incluindo o Chief Justice) e 26 International Judges. ↩

11. Supreme Court of Singapore, "Singapore International Commercial Court", judiciary.gov.sg (acesso em novembro de 2026): o SICC "was established in 2015" e é "a division of the General Division of the High Court and part of the Supreme Court of Singapore", com "a diverse panel of eminent international and local judges". ↩
12. Wikipedia, "Supreme Court of Singapore" (acesso em novembro de 2026), quadro informativo: Chief Justice Sundaresh Menon, nomeado em "6 November 2012". ↩
13. Sundaresh Menon, Chief Justice, discurso no Australian Judicial Officers Association Colloquium 2026, Brisbane, 9 de outubro de 2026, judiciary.gov.sg, pars. 11 e 72: "That willingness to accept an adverse outcome ultimately rests on the degree of trust that is reposed in the courts"; "uncritical enthusiasm may weaken judicial independence and integrity". ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.